A COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ SANTO ÂNGELO: APONTAMENTOS SOBRE A INSTALAÇÃO DA COLÔNIA, QUESTÕES DE TERRA E SUA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL[1]

Carlos Eduardo Piassini[2]

Introdução

O presente trabalho, integrante dos estudos em desenvolvimento na linha de pesquisa "Fronteira, Política e Sociedade" do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, é parte de meu Trabalho de Conclusão de Graduação concluído e aprovado sob o título "A Biografia de um Barão: Karl von Kahlden, o Diretor da Colônia Santo Ângelo, 1857-1882", pela mesma universidade, e tem como objetivo apresentar o processo de instalação da Colônia Provincial de Imigração Alemã Santo Ângelo, localizada no território correspondente ao dos atuais municípios sul-rio-grandenses de Agudo, Paraíso do Sul, Cerro Branco, Novo Cabrais, Cachoeira do Sul e parte de Restinga Seca e Dona Francisca, bem como aspectos gerais acerca de questões envolvendo a posse de terras; a administração colonial, conduzida praticamente durante toda sua existência pelo Diretor Barão Karl von Kahlden; e seu processo de instalação e consolidação.

Dessa forma, procuramos evidenciar a história da Colônia Santo Ângelo em vista desta ainda ser pouco conhecida e estudada frente a história de outras colônias germânicas provinciais e imperiais instaladas na Província de Rio Grande de São Pedro ao longo do século XIX. O estudo foi realizado através de revisão bibliográfica e uso de fontes documentais, como Livros de Registros e Ofícios, Documentos da Colonização e Documentos Avulsos sobre a Colônia Santo Ângelo e o Barão von Kahlden. Em linhas gerais, durante seus primeiros anos de existência, a Colônia Santo Ângelo demorou a prosperar, ainda que tivesse potencialidade para tanto; sua administração esteve sob o monopólio do Barão von Kahlden, o qual distribuiu e mediu os lotes de terras, e constituiu parte de um grupo que se valeu da especulação sobre as terras coloniais e das redondezas para lucro próprio.

1. A Colônia Santo Ângelo

[1] Este Trabalho é parte da Monografa intitulada "A Biografia de um Barão: Karl von Kahlden, o Diretor da Colônia Santo Ângelo, 1857-1882", vinculada a Universidade Federal de Santa Maria e orientada pela Profa. Dra. Maria Medianeira Padoin, defendida em Dezembro/2014.

[2] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, na Linha de Pesquisa Fronteira, Política e Sociedade, e Bolsista CAPES/DS: cepiassini@yahoo.com.br. Trabalho orientado pela Profª. Drª. Maria Medianeira Padoin, Coordenadora do Programa de Pós Graduação em História – PPGH da Universidade Federal de Santa Maria; mmpadoin@gmail.com.

A movimentação para instalar uma colônia de imigrantes alemães em Cachoeira do Sul, então Vila, teve início em 1847. O primeiro passo teria sido dado pelo Duque de Caxias[3], então Presidente da Província, que fizera uma visita a Cachoeira e pedido informações sobre a possibilidade de ali criar uma colônia germânica, pois a imigração estava sendo retomada na província e também os colonos de São Leopoldo procuravam novas terras. No mesmo ano, a Câmara Municipal recebeu ofício[4] do Presidente da Província que sucedeu Caxias, Manoel Antônio Galvão, pedindo informações sobre local apropriado para estabelecer uma colônia. A Câmara nomeou uma comissão para tal fim e a mesma apresentou relatório[5] informando que havia um lugar denominado Cerro Agudo, na margem esquerda do rio Jacuí, com terras devolutas próprias para a agricultura. A Câmara levou ao conhecimento da Assembleia Provincial[6] a necessidade do estabelecimento de uma colônia agrícola, apontando como possível local de seu estabelecimento as terras na margem esquerda do rio Jacuí, ou outro local que se julgasse mais conveniente ao município.

A notícia da provável instalação de uma colônia agrícola no Município parece ter chegado aos ouvidos de pessoas desvinculadas do processo de petição da mesma, que agiram frente a oportunidade. Exemplo disto foi o despacho[7] do Presidente da Província recebido pela Câmara, em 1849, pedindo informações sobre a Fazenda da Mouraria, oferecida em requerimento enviado por José da Silva Moura, no qual propunha vender a mesma para a instalação de uma colônia. Assim, uma comissão foi formada para avaliar o local e, após fazê-lo, enviou relatório[8] ao Presidente da Província informando as grandes vantagens oferecidas pela Fazenda para a fundação de uma colônia. A Mouraria estava situada próxima a arroios, o Bexiga e o Cézar, próxima a terras devolutas nas quais havia boa madeira para construção e campo suficiente para criar gado, oferecia terras férteis, nas quais já se produzia arroz, milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar, e estava conectada a estrada que levava ao município de Cruz Alta, além disso, apesar de estar distante de Cachoeira, a estrada que levava até lá estava em boas condições. No mesmo relatório, a Câmara demonstrou grande interesse em obter a

[3] Ficha com Anotações. Documento do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma. Caixa "Agudo".
[4] Livro 3º de Lançamento de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Vila Nova de São João da Cachoeira, 1841, p. 77. Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul.
[5] Livro 3º de Lançamento de Atas das Sessões da Câmara Municipal da Vila Nova de São João da Cachoeira, 1841, p. 94. Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul.
[6] Livro 3º de Registro de Ofícios da Câmara Municipal da Vila de São João da Cachoeira, 1845, p. 183. Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul.
[7] Livro 3º de Registro de Ofícios da Câmara Municipal da Vila de São João da Cachoeira, 1845, p. 179. Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul.
[8] Livro 3º de Registro de Ofícios da Câmara Municipal da Vila de São João da Cachoeira, 1845, p. 197. Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul.

autorização para instalar uma colônia provincial em Cachoeira, argumentando ser de suma importância facilitar a introdução de braços livres no Brasil com a finalidade de adensar a população, acabar com o contrabando de elementos africanos, salientado como oneroso e bárbaro, e, para o Rio Grande do Sul, proteger as fronteiras.

No entanto, as pretensões da Câmara não foram atendidas. Em 1850 o Presidente da Província, José Antônio Pimenta Bueno, respondeu[9] à Câmara afirmando não julgar conveniente estabelecer uma colônia na Fazenda da Mouraria ou em qualquer outra parte do município naquele momento por conta do parecer do contador, ou seja, não estava disposto a enviar recursos para tal empreendimento, ou ainda, não possuía recursos para tanto. A Câmara não aceitou tal argumento, e respondeu[10] afirmando ser vantajoso estabelecer nova colônia, principalmente levando-se em conta o caso vitorioso de São Leopoldo e questionando incisivamente a recusa de tal benefício a Cachoeira, concedido a Rio Pardo e Pelotas.

De acordo com Roche (1969), a Colônia Santo Ângelo foi oficialmente fundada apenas em 1855 através de Lei Provincial de 30 de novembro daquele ano. Tal lei é referida, segundo Knob (1990) por Koseritz em relatório de 1867 e, mais tarde, em 1877 pelo Barão von Kahlden. Ambos atribuíam à referida lei a fundação da Colônia Santo Ângelo. Entretanto, Knob (1990) contesta tal responsabilidade ao afirmar não ter encontrado essa lei na documentação por ele consultada. A conclusão dele é que houve uma confusão, e que a lei correta seria a de n.º 304 de 30 de novembro de 1854. De qualquer forma, a Colônia Santo Ângelo foi efetivamente fundada apenas em 1857, quando chegaram os primeiros colonos. Antes, porém, uma comissão[11] foi verificar as terras devolutas próximas ao rio Jacuí quanto a sua extensão e condições para a instalação de uma colônia. Fazia parte desta comissão o agrimensor Frederico Guilherme de Wedelstaedt. Foi constatado, segundo Knob (1990, p. 31) que,

> Existem para mais de sete léguas quadradas de terras de matos devolutos, entre o Rincão do Paraíso e Serro [sic] Agudo, com frente ao rio Jacuí, e na distância do mesmo rio, de um quarto de légua, alternadamente até duas léguas; terras de muito boa qualidade para agricultura, abundância de madeiras de construção, com bons terrenos para vias de transporte para portos de embarque daquele rio, admitindo comunicação por terra do Rincão do Paraíso com as terras imediatas ao Serro Agudo – por terreno por nós explorado [...] – Todo

[9] Livro 3º de Registro de Ofícios da Câmara Municipal da Vila de São João da Cachoeira, 1841, p. 206. Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul.

[10] Livro 3º de Registro de Ofícios da Câmara Municipal da Vila de São João da Cachoeira, 1845, p. 218. Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul.

[11] Livro 4º de Lançamento das Atas das Sessões da Câmara Municipal da Cachoeira, 1851, p. 209. Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul.

> esse terreno é suficientemente regado por arroios tributários do rio Jacuí, com proporções para tocar máquinas, e mesmo em grande parte navegáveis, principalmente os arroios Paraíso e o denominado "Grande do Engenho" [...] Além do Serro Agudo, há terras de matos devolutos em abundância, com frente ao predito rio Jacuí que circulam o Rincão do Inferno e que ficam entremediárias do Paraíso e Serro Agudo [...].

O destaque às vantagens daquelas terras remetem à Fazenda da Mouraria, tão vantajosa para a colonização quanto o local próximo ao Jacuí. A diferença estava, pois, na questão das terras devolutas. Para que comprar uma fazenda e a lotear se há terras do governo suficientemente boas e bem localizadas para servir a tal fim? A resposta pode estar contida no jogo de interesses daqueles que, desde o começo, procuraram tirar proveito do empreendimento colonial em Cachoeira. Porém, são apenas suposições.

A Câmara escolheu[12] Frederico G. Wedelstaedt para medir as colônias e escolher o local adequado para edificar um galpão para servir de moradia provisória aos colonos que chegassem à colônia, além disso, propuseram tê-lo como Diretor. Apesar do trabalho de Frederico em medir lotes e auxiliar na construção do galpão, ele não foi nomeado como Diretor.

Para o cargo foi nomeado Floriano Zurowski[13]. A não nomeação[14] de Frederico foi justificada através do argumento de que ele não conseguiria desempenhar os dois cargos caso os acumulasse e, também, as condições por ele exigidas para tanto eram muito onerosas. Pelo visto, ele exigiu demais, pois Zurowski arrematou também o cargo de agrimensor. A colônia recebeu, então, um nome, Santo Ângelo, que segundo Werlang (1995) foi dado em homenagem ao Presidente da Província em exercício no ano de 1857, Ângelo Muniz Ferraz, Barão de Santo Ângelo, que deu o encaminhamento final para a fundação da Colônia.

Em outubro de 1857 foi dado o sinal[15] à Província, por parte da Câmara de Cachoeira, que chegara o momento de enviar colonos para a nova colônia provincial.

---

[12] Livro 4º de Lançamento das Atas das Sessões da Câmara Municipal da Cachoeira, 1851, p. 210. Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul.

[13] De família nobre, nasceu em Przemysl, na Galícia, em 11 de maio de 1806. Em 1820 ingressou na Faculdade de Engenharia de Viena, na qual se formou em 1826. Foi convocado para ser Cadete de Infantaria. Em 1833 passou a ser Alferes da Marinha e dali dez anos 1.º Tenente, depois, em 1844, tornou-se Tenente de Fragata e, por fim, em 1846, Capitão. Deu baixa em 1850, quando imigrou para a Argentina, onde se envolveu na repressão contra Urquiza como Comandante em Chefe das Forças Marítimas da Província de Buenos Aires. Comandou uma frota de seis navios a vela. Quando confrontado pela esquadra inimiga de três navios também a vela, sua tripulação quis passar para o lado inimigo. Diante dessa atitude, rebelou-se. Conseguiu escapar, mas sua reputação ficou arruinada. Acabou indo para o Rio Grande do Sul e lá envolveu-se com a colonização na recém fundada Colônia Santo Ângelo - Dados encontrados em documento do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma – Caixa "Agudo".

[14] Livro 4º de Lançamento das Atas das Sessões da Câmara Municipal da Cachoeira, 1851, p. 214. Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul.

[15] Livro 4.º de Lançamento das Atas das Sessões da Câmara Municipal da Cachoeira, 1851, p. 214. Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul.

Foi comunicado que já se achavam medidos e demarcados prazos coloniais com cerca de uma légua de terreno e que o galpão para receber os colonos estaria pronto em breve. Também, apontava boas condições de navegação pelo rio Jacuí, o que possibilitaria transportar os colonos diretamente de Porto Alegre à colônia.

Então, após todos esses entraves burocráticos e negociações, finalmente a primeira leva de colonos iniciou sua viagem em direção a Colônia Santo Ângelo. Segundo Werlang (1995), foram 46 imigrantes que vieram no vapor *Irene*. As passagens da Europa para o Rio Grande do Sul foram pagas pelo governo Imperial. Logo no início da viagem, na costa da Inglaterra, após partirem de Hamburgo, o nevoeiro teria encobrido o navio e, dessa forma, facilitado uma colisão com um navio Holandês. Houve a morte de uma mulher, que não resistiu aos ferimentos. O resto da viagem não trouxe novas surpresas desagradáveis. Desembarcaram em Rio Grande, onde receberam acolhimento, assistência, alimentos e víveres. Seguiram para Porto Alegre, de onde partiram no vapor fluvial *Dom Pedro*, com o qual subiram o Jacuí e chegaram a Cachoeira (WERLANG, 1995).

De acordo com Knob (1990) os passos seguintes desses imigrantes foram relatados de duas formas diferentes, sendo uma versão contada pelos próprios imigrantes e a outra versão relatada pelo intérprete oficial do governo, Carlos Jansen. A primeira foi registrada pelo colono Pedro Rockenbach, chegado à Colônia Santo Ângelo com a segunda leva de imigrantes, que teria ouvido os relatos daqueles que vieram antes dele. Teriam os colonos chegado à colônia no dia 1º de novembro de 1857. Quando o vapor atracou não esconderam a decepção e logo quiseram voltar. Antes, porém, decidiram descer à terra e dar uma olhada nas redondezas para ter uma ideia melhor de como era aquele lugar. Foi em vão. O caminho levava para o mato, que não permitia um raio de visão amplo. A decepção só fez aumentar. Voltaram ao rio e tiveram uma desagradável surpresa. As bagagens deles os esperavam enquanto o vapor ia embora. Ficaram “a ver navios”. A possibilidade de voltar havia sido descartada. Para piorar, não podiam ficar mais tempo ao relento, então deixaram que sua bagagem fosse carregada para as carretas à espera deles. Seguiram para o galpão reservado a eles e, novamente ficaram decepcionados. O galpão ainda não estava totalmente pronto e a única parte coberta era ocupada em grande parte por aqueles que a estavam construindo. Sem saída, os colonos trataram de levantar um teto provisório. Alguns despejaram a raiva sobre o Diretor Floriano Zurowski, que com eles viajara, e sobre Carlos Jansen, intérprete oficial e representante do governo Provincial.

Essa versão, entretanto, parece romantizada, pois é difícil pensar que todos os imigrantes tenham deixado o vapor para olharem as novas terras e tenham sido tão facilmente ludibriados. Ao mesmo tempo, é improvável que todos tenham conseguido se alojar em um galpão inacabado e pequeno, pois eram 46 pessoas, oriundas de onze famílias, nove de imigrantes germânicos e duas que se reuniram ao grupo em Rio Pardo: os Lausin, os Finger, os Neujahr, os Fiss, os Holtz, os Thomé, os Barth, duas famílias Pötter, os Witte e os Maak, além do solteiro Frederico Weise (KNOB, 1990).

Como destaca Knob (1990), a versão oficial de Carlos Jansen, relatado ao Presidente da Província através de relatório, traz um enredo diferente. Incumbido pelo governo provincial a acompanhar os imigrantes até a Colônia Santo Ângelo, Jansen uniu-se a eles em Porto Alegre. Chegaram a Cachoeira no dia 30 de outubro, onde foram recepcionados com entusiasmo por membros da Câmara Municipal e moradores da Vila. Lá, Jansen encontrou Floriano Zurowski, Diretor da colônia, e o apresentou aos colonos. A passagem por Cachoeira foi rápida, mas suficiente para haver confusão. Um imigrante germânico morador de Cachoeira tentou desviar os imigrantes de seu destino dizendo a eles que seriam vendidos como escravos, que o governo não possuía terras em Santo Ângelo, e outras coisas mais.

Frente a isso, Carlos Jansen acionou a força policial e o sujeito de nome Carlos foi preso até que os colonos seguissem viagem. Foi registrado que ele era marceneiro, mas que não gostava de trabalhar. A viagem teve seguimento durante a noite. Os imigrantes foram acompanhados por moradores da Vila e uma banda de música. Por conta da correnteza das águas e da necessidade de fazerem lenha, só conseguiram chegar à colônia na noite seguinte. No porto, encontraram o Presidente da Câmara de Cachoeira Antônio Xavier da Silva, responsável pelas obras de acomodação dos colonos, e o agrimensor Frederico Guilherme de Wedlestaedt, seu ajudante. Carlos Jansen e eles rumaram para o lugar destinado ao pouso dos imigrantes, que permaneceram no prático. Chegando lá, havia um galpão parcialmente coberto que em poucas horas ficou pronto. Além disso, Antônio Xavier da Silva havia mandado construir, com tábuas, um abrigo provisório. No dia seguinte, os imigrantes e sua bagagem foram desembarcados e levados para o galpão. O intérprete destaca que ao se despedir dos colonos, estes estavam contentes e cheios de esperanças para o futuro (KNOB, 1990).

Há, porém, uma terceira versão acerca da chegada dos imigrantes na Colônia Santo Ângelo. Segundo Aurélio Porto (1934 apud WERLANG, 1995), os colonos foram enganados. Havia sido prometido a eles que iriam para Santa Cruz, colônia

provincial, mas ao aproximarem-se de Rio Pardo seguiram em frente sob o pretexto de que a cheia do Jacuí os obrigava a continuar. Ao chegarem ao Cerro Chato, já em Santo Ângelo, os colonos relutaram em desembarcar, então a tripulação do vapor os fez descer à força. A resistência foi grande e a tripulação teve de se empenhar para lutar contra os revoltosos enquanto o vapor ia embora.

Independente da versão apresentada, da forma como pode ter acontecido o desembarque dos imigrantes, a partir de 1º de novembro de 1857 a Colônia Santo Ângelo passou efetivamente a existir enquanto núcleo de colonização germânica provincial. Já nos primeiros tempos, ou melhor, na segunda semana após a chegada dos primeiros colonos, houve um desentendimento. Os imigrantes não aceitaram o Diretor Floriano Zurowski, e requereram à Câmara Municipal de Cachoeira a substituição dele. Pediram Frederico Guilherme de Wedelstaedt como novo diretor e agrimensor, pois já o conheciam, visto que eram oriundos da mesma região, a Prússia (KNOB, 1990).

O diretor era o responsável pela administração e distribuição dos lotes coloniais, e fora justamente por não estar cumprindo devidamente com esses deveres que Zurowski ganhou a antipatia dos recém-chegados. A Câmara Municipal, porém, decidiu levar a questão para o Presidente da Província. Em ofício, o Vereador Miguel Cândido da Trindade relatou que durante a viagem dos primeiros colonos de Cachoeira até a Colônia, Floriano pouco falou e, quando o fez, foi rude. Além disso, não deu as devidas informações e, não fossem o intérprete Carlos Jansen e o prussiano Frederico G. de Wedelstaedt, mal teriam desembarcado (KNOB, 1990). Aliás, essa informação pode colocar em cheque as duas versões sobre a chegada dos pioneiros à colônia que denunciam abandono, pois a perspectiva de que "teriam desembarcado" pode anular aquelas nas quais teriam sido "obrigados a sair" ou "ludibriados pelos tripulantes".

Não bastasse o que já foi relatado, o Vereador Miguel C. da Trindade acrescentava que Floriano não tinha as características necessárias exigidas pelo cargo e que a segunda leva de imigrantes germânicos chegados à Cachoeira à espera de lanchões ou de vapor para o transporte até a colônia, visto que a cheia do rio havia obstruído a estrada de terra, haviam se pronunciado contra o mencionado Diretor (KNOB, 1990). O brigadeiro José Gomes, atendendo ordens do Presidente da Província, foi à colônia verificar a denúncia, e relatou,

> De chegada a esta Vila tratei de indagar o motivo que deu a representação feita pelos colonos a V. Exa. contra o atual Diretor Floriano Zurowski, e todas as informações que pude colher são desfavoráveis ao mesmo diretor, que nada tem feito na continuação da

> medição das terras, notando-se muita falta de desenvolvimento, e isto seja talvez por ser pouco acostumado a estar nos matos, e como homem do mar tem mais se ocupado no exame do rio do que colocar os colonos nas terras medidas pelo seu antecessor, o agrimensor Frederico [...]. (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Colonização, lata 296, maço 66).

Antes desse acontecido, segundo Knob (1990). Carlos Jansen já havia remetido ao Presidente da Província relatório com suas impressões sobre a Colônia no qual cita a pouca animosidade entre os imigrantes e Floriano Zurowski. O intérprete deixa implícito que a melhor atitude a tomar é substituir o referido Diretor por Frederico G. de Wedelstaedt, muito elogiado por ele e que gozaria de grande simpatia entre os colonos.

A questão foi resolvida. No entanto, os pedidos por Wedelstaedt como substituto preferido não foram atendidos. O Presidente da Província nomeou outro germânico, Karl Hermann Johann Adam von Kahlden, o Barão von Kahlden, que chegou à colônia no dia 11 de dezembro de 1857, acompanhado de um grupo de *Brummer*. Ele recebeu a direção da Colônia Santo Ângelo três dias depois das mãos de Floriano Zurowski (WERLANG, 1995).

1.1 Impressões sobre Santo Ângelo

Viajantes europeus deixaram relatos de sua passagem pelas Colônias germânicas do Rio Grande do Sul. Foi o caso do médico Avé-Lallemant, que fez longas viagens. Ele visitou vários países da Europa, o Egito e o Brasil, onde viveu durante dezessete anos exercendo sua profissão. Retornou para a Europa, mas pouco tempo lá permaneceu. O espírito de viajante o fez engajar-se como um dos médicos da fragata austríaca "Novara", que empreendeu em 1855 a circunavegação do mundo. Após desentendimentos com os oficiais a bordo, ele desembarcou no Brasil e realizou suas incursões ao Sul e ao Norte. Por onde ia procurava ver tudo: o solo, a paisagem, a flora, a fauna, o homem, a economia, a vida social, os usos e os costumes. Avé-Lallemant percorreu as colônias germânicas do Rio Grande do Sul em 1858.

Quando chegou a Cachoeira do Sul, a Colônia Santo Ângelo estava em seu segundo ano de fundação. Avé-Lallemant visitou um depósito no qual ficavam hospedados os imigrantes alemães chegados de viagem para serem direcionados à Colônia, e lá passou a noite. Relata o contato com uma família de Lubeck, sua cidade natal, fugida de uma "desgraça" não revelada. O Médico partiu no dia seguinte para a colônia e sua primeira impressão ao chegar ao destino não foi das melhores. Considerou

o lugar um verdadeiro caos, um “princípio de colônia sem os devidos preparativos” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 198). As construções eram de arquitetura pobre e as famílias ali residentes desunidas. Os moradores foram até ele e logo exprimiram queixas e reclamações acerca da alimentação recebida. Alguns queriam dinheiro para comprar o que melhor lhes conviesse ao invés de receber os gêneros alimentícios, outros queriam mais feijão e menos arroz, batata em vez de farinha de mandioca, carne verde em vez de carne seca, e outras reivindicações envolvendo os alimentos. Aqueles eram colonos que ainda não haviam tomado seus lotes de terras. Estavam em situação provisória. Passada a impressão inicial, Avé-Lallemant deixou de lado o pessimismo inicial e convenceu-se de que àquela colônia poderia prosperar por conta do solo propício à agricultura e do rio Jacuí, potencialmente navegável. O cultivo dos campos, naquele momento, era feito com o uso do machado e do fogo, um para baixar a mata e o outro para limpar o solo. A colônia carecia de médico e sacerdotes (AVÉ-LALLEMANT, 1980).

Também Michael Mulhall (1974) deixou relatos de sua passagem pelo Rio Grande do Sul. O Estatístico Inglês reuniu em livro suas impressões e notas, além de certos artigos publicados no jornal “Standard” de Buenos Aires, a respeito da excursão que realizou ao Rio Grande do Sul em 1868. Mulhall (1974) descreveu as condições geográficas das áreas por onde passou, os aspectos econômicos, os empreendimentos (portos, rodovias, ferrovias) e mesmo aspectos culturais. Sobretudo, o autor destaca sua passagem pelas cidades de Rio Grande, Porto Alegre, Novo Hamburgo, São Jerônimo, São Leopoldo, Arraial, Pelotas e Jaguarão, reservando atenção especial para as colônias germânicas, as quais ele descreve com grande entusiasmo e adjetivações elogiosas.

A vida dos imigrantes e descendentes não era assim tão florida como foi pintada por Mulhall. Ainda assim, seus relatos são de grande valia. O autor procura resgatar a srcem das colônias, o crescimento delas e a atual condição, naquele ano de 1868. Para a Colônia Santo Ângelo, demarca sua fundação a 30 de novembro de 1855, mesma data apontada por Koseritz e Kahlden, como visto anteriormente, mas contestada por Knob (1990). A localização da colônia é elogiada por conta do solo considerado fértil, e de estar entre o rio Jacuí e as escarpas da Serra Geral, próxima de Cachoeira do Sul e de Santa Maria. Segundo Mulhall (1974), a área da colônia era de cerca de 14.400 ha naquele período (1868). Lotes de cerca de 80 ha eram vendidos por 45 libras esterlinas e lotes menores, de cerca de 45 ha, por 30 libras. No momento de sua visita a população somava, com germânicos, brasileiros, alguns poucos holandeses e franceses, 825 pessoas. Desses, 68% eram protestantes, com capela construída com recursos dados pela Câmara de Cachoeira. Também os católicos possuíam sua capela. Além disso, havia

uma escola. A produção agrícola compreendia plantações de milho, tabaco, feijão, arroz, açúcar de cana, entre outros. Havia moinhos, seleiros, casas comerciais, curtumes, sapateiros, alfaiates, ferreiros, carpinteiros, construtores de carroças e cortadores de pedra. No rebanho havia cavalos, reses, porcos, ovelhas, cabras e aves. Mulhall destaca que alguns dos produtos da colônia foram apresentados na Exposição de Paris e o tabaco obteve um prêmio (MULHALL, 1974).

Os dados mostram que a Colônia Santo Ângelo teve relativo progresso durante seus primeiros dez anos, entre a viagem de Avé-Lallemant, que via nela uma aposta promissora, e de Mulhall. Também Carlos Jansen, o intérprete enviado pelo governo provincial para acompanhar os primeiros imigrantes enviados a Colônia Santo Ângelo, deixou registros e observações da visita que fez. De acordo com Knob (1990), Carlos Jansen viu grande potencial naquela colônia, sobretudo por conta de sua localização geográfica, da atenção dada pela Câmara Municipal de Cachoeira ao empreendimento colonizador e ao solo propício à agricultura. A proximidade com Santa Maria e Cachoeira, e a navegabilidade do rio Jacuí, acessível durante cerca de dez meses no ano, ofereciam mercado e facilidades para o escoamento da produção agrícola, algo fundamental para o progresso da região. As terras ofereciam mata abundante com excelente madeira para construções, uma rica fonte de lucros.

O intérprete comenta o pedido dos colonos a sua pessoa para que o governo deixasse de enviar alimentos em forma de subsídio e lhes enviasse o dinheiro referente a tal auxílio uma vez que preferiam escolher eles mesmos seu alimento, além disso, um negociante de Cachoeira já havia estabelecido um armazém na colônia com grande oferta de produtos. O subsídio era de quinhentos réis diários para os maiores de doze anos e trezentos réis para os menores de doze anos (KNOB, 1990).

As impressões quanto a Colônia Santo Ângelo indicavam um futuro promissor, baseado nas boas condições para a agricultura existentes ali. O objetivo do empreendimento colonizador fica claro nesses discursos: adensar a população e incentivar a produção agrícola para abastecer o mercado interno, como Klug (2009) havia apontado. A Colônia Santo Ângelo foi criada na borda da Serra Geral, acompanhando a linha da colonização germânica iniciada nas proximidades de Porto Alegre, em São Leopoldo, que criou colônias como a de Santa Cruz, Candelária e Sobradinho.

1.2 Os Habitantes de Santo Ângelo

A Colônia Santo Ângelo contou com indivíduos oriundos de diferentes lugares. Vieram colonos dos Reinos da Prússia, da Baviera, de Hanôver, da Saxônia, dos Grão-Ducados de Nassau, de Hesse, de Oldenburg, de Baden, dos Ducados de Brunswick e de Holstein, e do principado de Schwartzburg. Não só de Estados germânicos vieram imigrantes, havia colonos da França, da Holanda, da Bélgica, da Suíça e das Cidades Livres (KNOB, 1990).

Contribuíram, ainda, para a colonização na Colônia Santo Ângelo, imigrantes do Reno, de Brandenburgo e principalmente da Pomerânia, de onde veio cerca de 70 famílias provenientes da cidade de Lubow, região de Neustettin. Em 1859, segundo censo realizado pelo Barão von Kahlden, de um total de 394 pessoas, 43,89% da população era de srcem prussiana (WERLANG, 1995). A presença de colonos nacionais existiu em número apreciável. Inúmeras famílias brasileiras requereram a compra de lotes na Colônia Santo Ângelo, onde vieram a se instalar. Por volta de 1873, os nacionais passaram a liderar a lista dos que compunham a população da colônia (KNOB, 1990).

Para Gimeno (2014), as terras devolutas daquela região, teoricamente aquelas que estariam desocupadas e pertenceriam ao governo, contavam com inúmeros ocupantes, constatação essa proveniente do fato de existirem ali, em 1857, vários posseiros, isto é, "[...] ocupantes da terra sem o devido título legal" (GIMENO, 2014, p. 43). A presença desses elementos teria obstaculizado as medições de terras feitas pelo Barão von Kahlden, e também por Frederico Zurowski.

Toda a área central da região que viria a ser o núcleo srcinário da Colônia estava ocupada por pequenos posseiros, como Manoel da Rosa Garcia, Miguel da Rosa, Antônio Vicente da Fontoura, Ignácio Moreira, Firmino José de Camargo, Camilo Jose de Lara, José Pedro Goeres, e posses medianas, como as de Manoel da Rosa Garcias, cujas terras situavam-se entre o morro Agudo e o morro Pelado. Essa população de luso-brasileiros instalada naquelas terras, muitos sem título de propriedade, parece ter sido "removida" para outro local, a chamada Linha Brasileira (GIMENO, 2014).

1.3 O Diretor Colonial e as Terras Coloniais

A direção da Colônia Santo Ângelo foi conduzida ao longo de sua existência praticamente apenas pelo Barão von Kahlden, desde fins de 1857 até idos de 1882. Este, nasceu em Ludwigslust, no Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, em vinte de maio de 1831 (WERLANG, 1995), e migrou para o Brasil em 1851 como mercenário

Brummer[16], fixando-se no Rio Grande do Sul (FLORES, 1997), onde soube aproveitar as oportunidades que surgiram. Além de Diretor colonial, ele foi agrimensor, comerciante de escravos, especulador imobiliário, delegado de polícia, construtor de pontes, vereador de Cachoeira do Sul e, por fim, Deputado Provincial na última legislatura do período imperial brasileiro.

O governo provincial, desde a criação da Colônia Santo Ângelo em 1857, determinou que o Diretor da Colônia fosse o responsável pela medição dos lotes coloniais. Nesse sentido, o Barão von Kahlden ocupou-se da tarefa. Como agrimensor, mediu primeiramente as áreas devolutas. Em seu primeiro relatório, enviou ao governo um croqui onde indicava as áreas que poderiam ser ocupadas para colonização. Kahlden encarregou-se da medição de uma área de aproximadamente 55 mil hectares e chegou a contar com cerca de uma centena de trabalhadores. O chamado "loteamento oficial" prolongou-se até 1882, quando um Ato Provincial emancipou as colônias de Nova Petrópolis, Monte Alverne e Santo Ângelo, suspendendo qualquer auxílio econômico. Kahlden mostrou-se alarmado com a emancipação da Colônia Santo Ângelo e o fim do auxílio oficial (WERLANG, 2002).

O alarde, talvez, possa ser explicado devido à existência do comércio de terras existente na região de Cachoeira do Sul fundado no processo de loteamento oficial, no qual o Barão von Kahlden estava envolvido. Segundo Alejandro J. F. Gimeno (2014), havia uma rede de comércio de terras facilitada pelo Tabelião de Cachoeira. Compradas a preços menores, eram vendidas para a colonização ou outros interessados a preços maiores, beneficiando os envolvidos. O Barão, pode-se aferir, detinha o monopólio da distribuição das terras na região colonial e, pensa-se, tirou proveito disso aliando-se ao Tabelião de Cachoeira. Ele fazia transações comerciais ligadas à propriedade da terra, atuando como especulador imobiliário. De acordo com Gimeno (2014), ele comprava e vendia terras de posseiros e proprietários, ora sozinho, outrora como sócio de membros da elite cachoeirense do período, por exemplo, o Tabelião da cidade e comerciantes locais. Dentre essas atividades comerciais o Barão comprava e vendia imóveis no núcleo urbano de Cachoeira e também escravos (GIMENO, 2014). A atividade de agrimensor rendeu grandes somas ao Barão von Kahlden. O governo provincial pagou a ele 5% sobre o valor arrecadado em cada lote colonial medido e vendido na Colônia Santo Ângelo (WERLANG, 2002). Em ofício de 08/08/1881, Kahlden afirmou[17]

[16] Soldados recrutados por Rego Barros para engrossar as fileiras do Império brasileiro na Guerra Grande (1839-1852), conflito internacional envolvendo questões de influência na região do Rio da Prata, sobretudo em vista das pretensões de Rosas (BETHELL, 1991).

[17] AHRS, Colonização, Maço 66, Lata 296.

receber 45 réis por metro linear medido e vendido. Além disso, o Barão procurou anexar à Colônia Santo Ângelo terras que demarcou na região onde em breve seria instalada a Colônia Silveira Martins. O Governo Imperial, porém, revogou os atos de Kahlden[18].

Assim, considerando o exposto antes, a Colônia Santo Ângelo foi fundada a partir de um projeto provincial durante a segunda fase da colonização no Rio Grande do Sul que, segundo Cunha (2006), iniciou em 1844 e estendeu-se até o fim do período imperial, em 1889, tendo como principais objetivos a intenção de constituir uma agricultura voltada para o mercado interno, e por outro realizar a povoação da província através da criação de comunidades agrícolas sedentárias, que possibilitem uma nova via, diversificando a produção, baseada na criação de gado. Depois de 1845 as colônias passam a ser fundadas de São Leopoldo em direção ao oeste, quase em linha reta, acompanhando a depressão formada pelo vale do Rio Jacuí, regiões desprezadas pela pecuária e que uma vez povoadas possibilitariam abrir comunicações entre a porção sul e a porção norte da província.

Após os primeiros tempos, caracterizados pelo processo de instalação dos colonos, sua adaptação, acomodação e início da produção, a Colônia Santo Ângelo prosperou, sobretudo em virtude daquelas características apontadas pelos viajantes, ou seja, o solo rico e a proximidade com o rio Jacuí. A administração colonial esteve sob responsabilidade do Barão von Kahlden, que exerceu ali também o cargo de delegado e agrimensor, valendo-se de sua posição para tirar proveito do comércio das terras coloniais e das redondezas. A atual conformação daquele território demonstra o êxito do projeto colonizador, constituído por diversos municípios que se emanciparam na segunda metade do século XX.

Referências Bibliográficas

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul, 1858*. Belo Horizonte, Itatiaía, 1980.

CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e Colonização Alemã. In: *Império*. PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira Padoin (org.). Passo Fundo: Méritos, 2006. v.2. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p. 279-300.

[18] AHMC, Registro dos livros recolhidos do arquivo apud WERLANG, 2002, p. 47

GIMENO, A. J. F. *Apropriações e comércio de terras na cidade da Cachoeira no contexto da imigração europeia (1850-1889).* 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

KLUG, João. Imigração no Sul do Brasil. In: *O Brasil Imperial, volume III*: 1870-1889. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.199-231.

KNOB, Frei Pedro. *Paróquia de São Bonifácio, Agudo, 1889-1989*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990.

KÖHLER, Neiva Ester Corrêa. *Memorial da Colônia Santo Ângelo*. Cachoeira do Sul, 1992. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul.

LENZ, C., SCHÄFERr, H., SCHNACK, J. J., & FLORES, H. A. H. (1997). *Memórias de Brummer*. Porto Alegre: EST.

MULHALL, Michael G. *O Rio Grande do Sul e suas Colônias Alemãs*. Trad. de Euclides Santos Moreira. Revisão de Rosaura Eichenberg. Porto Alegre: Bels, 1974, 169 p.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Tradução de Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, vol. 1.

WERLANG, William. *História da Colônia Santo Ângelo*. Santa Maria: Pallotti, 1995.

______. *A família de Johannes Heinrich Kaspar Gerdau*: um estudo de caso sobre a industrialização no Rio Grande do Sul, Brasil. Agudo: Werlang, 2002.